

## Plenário aprova compensação para estados, que pedem mais

Medidas provisórias complementam em R\$ 900 milhões os recursos destinados a estados e municípios para compensar perdas com desoneração de exportações. Senadores consideram valor insuficiente

Página 3



**AVANÇO** Plenário lotado aprovou duas das três medidas provisórias que trancavam a pauta. Senadores negociam maior compensação para os estados prejudicados pela reforma tributária

**Patrícia confia em parceria com Unicef para combater exploração sexual**

Página 8

**Serys defende maior atuação feminina na política e pede o fim da discriminação**

Página 6

**ACM denuncia corrupção na eleição em Salvador. Ideli rebate**

Página 6



**MOBILIZAÇÃO** Artistas se dirigem à Comissão de Educação para encontro com Osmar Dias

**Atores entregam proposta de mudanças na Lei Rouanet**

Página 5

**Projeto das parcerias pode ser votado pela CAE na terça-feira**

Comissão de Assuntos Econômicos aprovou requerimento de Aloizio Mercadante encerrando audiências para debater a proposta das parcerias público-privadas.

Página 4

**Diretor da Aneel rejeita contratos de gestão entre governo e agências**

Página 5

## Imprensa gaúcha destaca participação do Senado em feira

O jornalista Ruy Carlos Ostermann recomendou em sua coluna no jornal *Zero Hora*: “Duas indicações que faço sem erro e sem interesse que não seja esse prazer semovente de descobrir livros: a editora do Senado Federal, com edições baratas e abundantes, e a editora da Funarte...”. Já a colunista Rosane de Oliveira publicou, na edição de 8 de novembro do mesmo jornal: “Um movimento incomum armou-se no estande do Senado Federal, na tarde de sábado”. Ela se referia à fila que se estendeu durante cinco horas para a sessão de autógrafos do livro *Cumplicidade*, do senador Paulo Paim (PT-RS).

Esses são apenas dois trechos das 14 notas ou matérias publicadas nos últimos dias sobre a participação do Senado na 50ª Feira do Livro de Porto Alegre. O espaço dedicado às atrações que o estande da Casa levou para a feira gaúcha não ficou restrito aos jornais de Porto Alegre. O *Jornal Ibiá*, de Montenegro, no interior do estado, publicou em 2 de novembro matéria intitulada “Senado oferece livros de informação geral”, na qual, além de falar das obras, destaca as apresentações de mamulengo do servidor Josias Wanzeller.

As emissoras de televisão mostraram para o telespectador gaúcho o que o Senado levou para a feira de Porto Alegre. A que mais visitas fez ao estande foi a TV COM, do grupo RBS.

As emissoras de rádio também demonstraram interesse em divulgar as obras editadas pelo Senado.

# Agenda

## Plenário continua com pauta trancada

Apesar de duas medidas provisórias terem sido votadas ontem, a pauta do Plenário continua trancada. Na sessão de hoje, às 14h30, os senadores discutem o texto de outra medida provisória, transformada

no PLV 45/04, que obriga os aparelhos de televisão comercializados no mercado interno a conter dispositivo eletrônico que permita ao usuário bloquear previamente a recepção de programas.



## Comissão recebe ministro do Esporte

O ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, participa da reunião de hoje da Comissão de Educação (CE), às 11h. O ministro fala ao colegiado sobre o orçamento da sua pasta para o exercício de 2005. A iniciativa do

encontro partiu de Agnelo. Às 11h30, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) vota avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas pelo órgão em obras públicas.

## Agentes de saúde intoxicados: senador apresenta relatório

O relatório do senador Mão Santa (PMDB-PI) sobre a intoxicação de agentes de saúde que trabalharam no combate à dengue será votado hoje, às 10h, pela Subcomissão da Saúde. Às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa, entre outros itens, projeto que acaba com a possibilidade de trabalhadores serem penalizados ao receberem cheques sem fundos no desempenho de suas atividades (PLS 190/02).

## CCJ discute financiamentos do BNDES

Em discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne hoje às 10h, emenda de Plenário oferecida ao projeto (PLS 2/00) que estabelece restrições ao financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social a empresas que sejam controladas por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior.



## Senadores debatem Parlamento Amazônico

A Subcomissão da Amazônia se reúne hoje às 11h30 para ouvir em audiência pública seis representantes do Grupo de Reativação do Parlamento Amazônico: Gerardo Saavedra, do Peru; Ana Lucia Rey, da Bolívia; Rolo Sanmartin Iñiguez, do Equador; além dos representantes da Venezuela Luis Araña Cedeño, Victor Leon e Idelfonso Sosa de Mendez.

## Meio ambiente e sociedade

O programa *Cidadania* de hoje, que a TV Senado exhibe às 19h30, discute a relação entre o meio ambiente e a sociedade. Participam do debate o engenheiro florestal Marco Conde e a professora de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB) Leila Chalub. Às 20h30, o senador Sibá Machado (PT-AC) fala sobre reforma política no *Entrevista*.

## Propostas populares

A Comissão de Legislação Participativa (CLP) analisa hoje, às 10h, sugestões de projetos encaminhados ao colegiado pela Associação Comunitária de Chonin de Cima (Acocci), distrito de Governador Valadares (MG). Entre as sugestões está a criação de uma universidade e a inclusão de novo trecho na relação descritiva das rodovias.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



**ORÇAMENTO** Senador pede mais recursos para recuperação das malhas rodoviária e ferroviária

## Luiz Otávio diz que estradas do Pará estão abandonadas

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) afirmou que o Pará tem sido discriminado pela administração federal na distribuição de recursos do Orçamento da União, sofrendo um processo de estagnação econômica em função da falta de investimentos nas malhas ferroviária e rodoviária que cruzam o estado.

Segundo informou, ao anunciar recentemente a liberação de R\$ 1,1 bilhão para investimento na Ferrovia Norte-Sul e na duplicação e recuperação da Rodovia Belém-Brasília (BR-153), o governo planeja beneficiar essas modais de transporte somente a partir da divisa com o Maranhão.

– O projeto inicial da Ferrovia Norte-Sul prevê seu traçado até Belém. Como podemos admitir que o estado fique fora dessa matriz ferroviária? – questionou.

Luiz Otávio acrescentou que as rodovias federais em território paraense encontram-se em condições de extrema precariedade, urgindo recuperar longos trechos da Belém-Brasília no estado e concluir a Rodovia Cuiabá-Santarém, “o que faria da região importante corredor para exportações e daria ao Pará uma importância estratégica no crescimento econômico da Amazônia”.

O representante do Pará disse que a situação desenha, num futuro próximo, um profundo definhamento da economia local por força do estrangulamento da logística de transportes.

## Correção

O palestrante em destaque na foto publicada na página 4 da edição de ontem é o advogado Francisco de Araújo Lima, e não Daniel Herz.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



# Plenário aprova aumento da compensação para os estados

■ Acordo entre governo e oposição garante votação de medida provisória no último dia de sua vigência

O Senado aprovou ontem a medida provisória (MP) que complementa em R\$ 900 milhões os recursos a serem repassados a estados e municípios como compensação de perdas com a desoneração das exportações promovida pela reforma tributária de 2003. A aprovação se deu no dia em que expirava o prazo de validade

da MP. Depois disso, a União não teria amparo legal para repassar os valores relativos a novembro e dezembro de 2004.

Esse foi o principal argumento dos senadores para votar a favor da MP 193/04: o temor de que os estados exportadores fossem ainda mais prejudicados. Também contribuiu para um acordo o compromisso assumido pelo líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), que garantiu a reabertura das negociações sobre a compensação da perda de estados exportadores.

Além disso, o governo se comprometeu, conforme o líder, a buscar re-

gras para a prestação de informações dos estados e do DF, que permitirão os repasses. Outro compromisso é o de complementar o Fundo de Promoção das Exportações, caso o valor não chegue aos R\$ 6,5 bilhões.

A reforma desonerou do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) os produtos primários e semi-elaborados destinados a exportação. Pelo acordo que permitiu a mudança, a União deve elevar a compensação aos estados de R\$ 3,4 bilhões para R\$ 4,3 bilhões.

Outra MP aprovada (194/04) abre no Orçamento crédito de R\$ 900 milhões para garantir os repasses.



**ELOGIOS** Sarney destaca contribuição de José Celso Martinez, diretor do Teatro Oficina, à cultura brasileira

## Sarney parabeniza artistas agraciados pelo Planalto

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem, em seu gabinete, artistas agraciados com a Ordem do Mérito Cultural 2004, conferida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro da Cultura, Gilberto Gil.

Acompanhados de Roseana Sarney (PFL-MA) e Eduardo Suplicy (PT-SP), os artistas foram parabenizados por Sarney com palavras de reconhecimento pela contribuição prestada à cultura nacional. Estavam presentes a atriz Odete Lara, o diretor José Celso Martinez e integrantes da Companhia Barrica, grupo que preserva as tradições dos folguedos do Maranhão.

## Juízes pedem a aprovação do projeto da Lei Antidrogas

O presidente do Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje), juiz Joaquim Domingos Almeida Neto, do Rio de Janeiro, foi recebido ontem pelo presidente do Senado, José Sarney. O magistrado expôs a posição da entidade favorável à aprovação da Lei Antidrogas.

Almeida Neto estava acompanhado pelas juízas Sueli Pina, do Amapá, e Lilians Bittencourt, de Goiás. No Senado, o projeto (PLS 115/02) teve parecer favorável do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), e aguarda parecer do senador Magno Malta (PL-ES) na Comissão de Justiça (CCJ).

## Empresários do setor de radiodifusão criam entidade

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão (Abra), João Carlos Saad, que esteve no Senado para comunicar a formação da entidade, acompanhado por Guilherme Stoliar, do SBT, Dênis Munhoz, da Rede Record, e Amilcare Dallevo, da Rede TV.

Sarney recebeu ainda o senador Gerson Camata (PMDB-ES), acompanhado de religiosas das Irmãs Pequenas Missionárias de Maria Imaculada, que administram hospitais e obras filantrópicas. As irmãs pediram que o presidente da Casa interceda junto ao Ministério da Saúde para a liberação de verbas do SUS.

Políticos do Amapá também estiveram ontem com Sarney. O presidente do Senado recebeu a prefeita eleita de Laranjal do Jari, Euricélia Melo Cardoso, o deputado estadual Manoel Mandi e José Carlos Marmitão, prefeito de Mazagão.



**REPARAÇÃO** Debate sobre as perdas impostas aos estados exportadores pela reforma tributária antecedeu a decisão do Plenário

## Para senadores, medida ainda não é suficiente

A recomposição das perdas de estados exportadores determinada pela reforma tributária e pelas medidas provisórias aprovadas ontem não é suficiente para fazer justiça com os estados mais pobres da Federação. Essa foi a avaliação de muitos dos senadores que subiram à tribuna para discutir a matéria. De acordo com Luiz Otávio (PMDB-PA), os repasses cobrem apenas 20% das perdas dos estados exportadores de matérias-primas e produtos semi-elaborados.

Um problema apontado pelos senadores é que os recursos deverão

ser utilizados para pagar créditos a que fazem jus as empresas exportadoras.

– Estamos compensando os estados apenas para pagar os créditos – afirmou Duciomar Costa (PTB-PA).

Outra questão, levantada entre outros por José Agripino (PFL-RN), é que o governo não cumpriu o acordo que permitiu a votação da reforma tributária – o repasse deveria totalizar R\$ 1,1 bilhão, R\$ 200 milhões a mais do que o valor fixado na MP.

– Além disso, não há critérios para compensação permanente – disse o

líder do PFL, que, ainda assim, votou a favor, “para não penalizar mais os estados”.

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) criticou a falta de discussão da matéria. O senador, porém, viu avanços no texto, que permitirá mais recursos para estados exportadores como o Pará e o Maranhão.

Esta também é a visão da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). Ela disse, no entanto, que a compensação não seria necessária se fosse adotado o critério de cobrança no destino para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

## Decisão sobre bloqueio de programa deve ser hoje

A pedido do líder do PFL, senador José Agripino (RN), foi adiada para hoje a votação do projeto de lei de conversão, resultante das modificações introduzidas pela Câmara à Medida Provisória 195/04. O PLV, terceiro item da pauta de ontem, obriga os fabricantes de televisores a instalarem dispositivos que permitam o bloqueio de programação

indesejada. A falta de deliberação sobre essa matéria trancou a pauta do Senado e impediu outras votações.

Ao justificar seu pedido, Agripino afirmou que há “grandes divergências” em torno do projeto (PLV 45). Ele pediu ao presidente da Casa, José Sarney, que ouvisse a posição das outras lideranças partidárias sobre a matéria, inclusive o líder

do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP). Ao concordar com o adiamento, o senador petista pediu que a votação dos destaques à reforma do Judiciário também seja feita na sessão de hoje.

Agripino retomou a palavra para dizer que não há, por parte do PFL, qualquer intenção de obstruir essa deliberação.





**CRÍTICAS** Calmon de Sá diz que troca de Par Bonds por NTNs prejudicou recuperação do banco que dirigia

## Calmon de Sá explica liquidação do Econômico

Os senadores Aelton Freitas (PL-MG), Edison Lobão (PFL-MA) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA) contestaram a troca, pelo liquidante do antigo Banco Econômico nomeado pelo Banco Central (BC), dos Par Bonds, títulos da dívida brasileira lançados no exterior e indexados ao dólar, pelas Notas do Tesouro Nacional (NTNs), títulos do Tesouro resgatáveis apenas em reais. Os Par Bonds tinham sido comprados, segundo o ex-dono do Econômico, Ângelo Calmon de Sá, pelo próprio liquidante logo no início da intervenção, em agosto de 1995.

O atual liquidante da massa falida do Banco Econômico e funcionário do BC, Natalício Pegorini, e Calmon de Sá participaram ontem da reunião da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras.

Natalício Pegorini disse que, se fossem aplicadas as taxas de juros Selic nas NTNs, elas teriam, no momento do resgate, em 2024, o valor de face, ou seja, 100%. O atual liquidante admitiu que, se não houvesse a troca das Par-Bonds pelas NTNs, a massa falida do Banco Econômico estaria em situação muito melhor. O senador Edison Lobão afirmou que os títulos em poder da massa falida estavam sendo vendidos pelo valor de mercado, o que configuraria, no mínimo, falta de critério. Participaram da audiência os senadores Delcídio Amaral (PT-MS), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Heráclito Fortes (PFL-PI), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

# Comissão pode votar as regras das PPPs na próxima terça-feira

■ Líderes se reúnem amanhã para definir acertos no texto do projeto que regerá as parcerias no país

O novo relatório do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) sobre o projeto de lei que disciplina as licitações e o funcionamento das parcerias público-privadas (PPPs) deve ser submetido à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na próxima terça-feira. Com a aprovação do requerimento do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a CAE encer-

rou ontem a fase de audiências públicas para debater o projeto das PPPs.

Os acertos em torno da terceira versão do relatório de Raupp serão finalizados na reunião de líderes que está marcada para amanhã, às 11h, no gabinete do líder do governo, como informou Raupp e o próprio Mercadante.

Hoje, reúnem-se as assessorias técnicas da oposição e do governo para redigir as propostas que devem constar do relatório. Finda a tramitação na CAE, o projeto será levado ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Pela previsão do relator,

o Senado poderá concluir a votação da proposta ainda em dezembro.

Uma das principais propostas que devem constar do novo relatório é a fixação de limite de participação do capital privado nas PPPs.

Foram ouvidos na audiência pública de ontem o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy; o subsecretário de Assuntos Internacionais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Luiz Antônio Athayde; o economista Raul Velloso; e o representante da Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil, José Adrião de Sousa.

## Senadores discutem o conselho gestor

Durante os debates na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) propôs que haja um representante da oposição no conselho gestor que decidirá as contratações prioritárias na modalidade instituída com o projeto das parcerias público-privadas (PPPs). O parlamentar considerou que isso é “indispensável” para fiscalizar essas parcerias e pediu ao líder do governo que encaminhe a sugestão ao presidente da República.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), concordou em que seja ampliado o conselho gestor. Ele mostrou-se também favorável a que ministros como os de Minas e Energia e dos Transportes possam ser ouvidos quando os empreendimentos das PPPs forem dos seus setores.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) informou que, na maioria dos países, os conselhos gestores de PPPs envolvem representantes dos seus tesouros nacionais e indagou qual a razão para que isso não ocorra no Brasil.

Os debates contaram ainda com a participação de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Pedro Simon (PMDB-RS), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Ideli Salvatti (PT-SC), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Delcídio Amaral (PT-MS) e o presidente da CAE, Ramez Tebet (PMDB-MS).



**EMPENHO** Durante audiência pública, senadores da Comissão de Assuntos Econômicos ouvem propostas de autoridades e especialistas com o objetivo de aperfeiçoar as regras sobre a adoção das parcerias público-privadas

## Fixação de limite para fundos gera debate

O temor de que os fundos de pensão possam ser obrigados a entrar em empreendimentos onerosos e arcar com prejuízos nas parcerias público-privadas (PPPs) foi a principal preocupação transmitida pelo representante da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil, José Adrião de Sousa, na audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Ele pediu que seja fixado um limite para investimento dos fundos de pensão. Com 124,6 mil associados e patrimônio de R\$ 58 bilhões, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) tem a sua gestão controlada pelo banco, segundo informou.

Adrião chamou a atenção para empreendimentos que prejudicaram os sócios da Previ, manifestando preocupação de

que as PPPs possam se tornar “parcerias público-públicas”. Ele lembrou o escândalo que se tornou o complexo hoteleiro Costa do Sauípe, na Bahia. Também criticou a obrigatoriedade de participação da Previ no Brasil Ferrovias, que amarga um rombo de R\$ 1,6 bilhão.

Autor do requerimento convidando representante da Previ, Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que Adrião deu o exemplo prático do que pode acontecer se a participação dos fundos e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nas PPPs não for limitada. O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu a paridade na gestão dos fundos de pensão.

Já o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, ressaltou que as atuais regras de controle dos fundos reduziram

a possibilidade de essas instituições entrarem em projetos gravosos, como ocorreu no passado. Joaquim Levy acrescentou que as PPPs, para darem certo, precisam se desenvolver em um ambiente propício, com estabilidade econômica para manter os contratos de longo prazo.

O economista Raul Velloso mostrou que o governo federal praticamente esgotou a sua capacidade de aumentar receitas e gastos, gerar excedentes fiscais e continuar investindo.

O subsecretário de Assuntos Internacionais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Luiz Antônio Athayde, responsável pelo projeto das PPPs naquele estado, afirmou que essas parcerias não resolvem a complexidade do problema dos investimentos públicos em infra-estrutura.

## Audiência vai analisar situação do vinho nacional

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem requerimento de Pedro Simon (PMDB-RS), Paulo Paim (PT-RS) e Aloizio Mercadante (PT-SP) propondo audiência pública destinada a debater a situação do setor vitivinícola do país. O objetivo é buscar soluções para as dificuldades que atingem a atividade, em razão da importação de vinho, a preços bem abaixo dos praticados no comércio nacional.



## Comissões aprovam incentivos para processos inovadores

Projeto do Executivo que tem por meta promover maior interação entre as instituições científicas e o setor produtivo, com vistas a possibilitar a autonomia tecnológica no país, foi aprovado ontem em duas comissões do Senado. Dois pareceres favoráveis à matéria foram acatados, um do senador Gerson Camata (PMDB-ES), na Comissão de Educação (CE), e o outro, do senador Delcídio Amaral (PT-MS), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto, que já está na pauta de votações do Plenário, estabelece ainda o fomento às iniciativas empresariais que têm por objetivo desenvolver produtos e os chamados processos inovadores.

Camata informou que o projeto (PLC 49/04) tem por mérito permitir que a

pesquisa seja de fato aplicada, eliminando os entraves burocráticos. Outro ponto destacado pelo senador é que o inventor terá direito à participação nos lucros.

A proposta define as Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) como órgãos ou entidades da administração pública que tenham por missão institucional executar atividades de pesquisa básica e aplicada de caráter científico e tecnológico.

O projeto prevê que a União poderá participar minoritariamente do capital de empresa privada envolvida na obtenção do produto. A propriedade intelectual também pertencerá às instituições detentoras do capital social na proporção das respectivas participações.

## Escola gratuita para filho de trabalhador

Os filhos e dependentes dos trabalhadores urbanos e rurais terão direito, até os seis anos de idade, de frequentar, gratuitamente, creches e pré-escolas. A decisão foi tomada ontem pelos membros da Comissão de Educação (CE) ao aprovarem parecer do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) a projeto de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS). A proposta segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será apreciada em decisão terminativa.

A CE acolheu também parecer do senador Valmir Amaral (PMDB-DF) a

projeto que denomina a BR-242 (Bahia-Brasília) de Rodovia Milton Santos.

A Comissão de Educação aprovou ainda requerimentos de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) solicitando realização de audiência pública para debater projeto de autoria do senador Tião Viana (PT-AC) que torna obrigatória a realização do Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da profissão no país. O objetivo, segundo Viana, é impedir que médicos mal formados exerçam a profissão.



**REIVINDICAÇÕES** José Mário Abdo (E), ao lado dos senadores Ney Suassuna e José Jorge, pede reajuste salarial para seus funcionários e o fim do corte de recursos destinados à entidade

## Diretor da Aneel critica contratos de gestão com governo

■ Abdo diz que a proposta fere o princípio da autonomia das agências reguladoras, que teriam seus orçamentos subordinados aos ministérios

A implantação de contratos de gestão entre o governo e as agências reguladoras, prevista em projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados, foi criticada ontem pelo diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Abdo, durante audiência pública conjunta das Comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Fiscalização e Controle (CFC).

Na sua opinião, os contratos de gestão ferem o princípio de autonomia das agências, pois estabeleceriam subor-

dinação hierárquica aos respectivos ministérios, os quais condicionariam a destinação de recursos orçamentários a metas por eles estabelecidas.

O diretor registrou a realização de concurso público para o quadro definitivo da agência e pediu aumento de salários para os funcionários, uma vez que as atuais remunerações não estariam conseguindo reter profissionais qualificados.

Abdo criticou ainda os cortes no orçamento da Aneel e afirmou que, com menos recursos, a agência reduziu a fiscalização. Para ele, a carga tributária sobre o setor está "além da conta".

O diretor da Aneel elogiou os governos da Bahia e de Pernambuco por isentarem as contas de luz da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

## Agência com autonomia significa investidor confiante, diz José Jorge

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senador José Jorge (PFL-PE), manifestou ontem sua convicção de que há relação direta entre o crescimento econômico e a autonomia das agências reguladoras, devido à confiança que elas podem assegurar aos investidores. A afirmação foi feita durante audiência pública com o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Abdo.

– Estou convencido de que as agências são necessárias para ampliar as taxas de crescimento econômico. O que garante o crescimento é a estrutura que o Estado tem para que os investidores se sintam confiantes – assinalou José Jorge.

O mesmo argumento para a defesa da autonomia foi apresentado pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS). Na

sua opinião, é necessário garantir a confiança dos investidores. Ele considerou pertinentes os comentários feitos por Abdo, contrários ao contingenciamento de recursos da Aneel e favoráveis à formação de um quadro qualificado de funcionários, com "remuneração adequada".

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) afirmou que a autonomia das agências "ultrapassou os limites" e observou que o poder público tem o direito constitucional de promover as concessões de serviços públicos. O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) criticou a proposta dos contratos de gestão, mas concordou com Ana Júlia no que diz respeito às concessões.

– Elas devem ser do ministério e implementadas pela agência – sustentou.



**COMPROMISSO** Osmar Dias (E) recebe atrizes e atores e se compromete a aperfeiçoar lei que prevê o uso de incentivos fiscais para empresas que se dispuserem a financiar peças teatrais

## Osmar Dias quer reformular Lei Rouanet

Um grupo de atores de teatro formado por Tônia Carrero, Maria Padilha, Louise Cardoso, Antônio Pedro e Rosamaria Murtinho esteve ontem com o presidente da Comissão de Educação (CE), senador Osmar Dias (PDT-PR), que se comprometeu a apresentar projeto de reformulação da Lei Rouanet. Os atores entregaram ao senador um documento com sugestões para aperfeiçoar a legislação que prevê o uso de incentivos fiscais para o financiamento do teatro.

– Vou me empenhar para tentar aprovar a proposta ainda este ano – assegurou Osmar Dias.

O senador vai se basear nos debates

da audiência pública aprovada ontem pela CE, que discutirá os problemas relacionados à crise que enfrenta o teatro, para elaborar o projeto de reformulação da Lei Rouanet. O ministro da Cultura, Gilberto Gil, será convidado para a audiência, que poderá ser realizada na terça-feira (16). Osmar Dias ponderou que o ideal seria que os atores aproveitassem a audiência para tentar "arrancar" do ministro o compromisso de que o governo enviará logo seu projeto.

– Se conseguirem esse compromisso, poderão ganhar tempo, já que a tramitação de um projeto legislativo costuma ser mais demorada.





**DIVERGÊNCIA** Governo tem projeto autoritário e quer fragilizar os sindicatos, adverte Alvaro Dias

## Alvaro pede amplo debate sobre reforma sindical

Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu a criação de uma subcomissão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado para “fazer o grande debate sobre a proposta de reforma sindical e trabalhista”. Para o senador, a intenção do governo é fragilizar os sindicatos.

– O projeto (governista) é autoritário, reduz a capacidade de se opor e de reivindicar dos sindicatos. Esse não é o destino esperado pelos democratas que defendem instituições responsáveis por manter o equilíbrio entre capital e trabalho – afirmou o parlamentar, salientando que o Senado deve manter-se ativo para que não se repita o ocorrido na reforma da Previdência, que, segundo ele, prejudicou a parcela mais desfavorecida da população.

### Promessas

No mesmo pronunciamento, Alvaro criticou a postura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de continuar “gerando expectativas na população”. O senador se referiu ao discurso do presidente feito na última semana, na quadra da escola de samba Portela, no Rio de Janeiro, em que Lula defendeu os programas sociais do governo, criticou Fernando Henrique Cardoso e atacou o projeto do estado de São Paulo de despoluição do Rio Tietê.

– O governo não quer ouvir o recado das urnas e, ao contrário, continua armando palanque para criticar opositores e criar expectativas na população. E ainda lançou mão de um *slogan* do governo Médici: “Ninguém segura este país” – ressaltou.

Em aparte, Alvaro Dias recebeu apoio do senador Mão Santa (PMDB-PI).

# Antonio Carlos aponta corrupção nas eleições

■ Para o senador, houve envolvimento de membros do governo federal na liberação irregular de verbas

Após creditar ao PFL a vitória nas eleições municipais na Bahia, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) acusou o governo federal e o PT de interferirem com “ação predatória” e “indecorosos artifícios” no pleito de 2004.

– Essa foi a eleição mais corrupta dos últimos tempos. Houve falta de ética e malversação de dinheiro público – afirmou. O senador apontou o envolvimento de integrantes do governo petista na liberação irregular de recursos federais e no favorecimento a candidatos.



**ÊXITO** Antonio Carlos lembra que, apesar da “derrama de dinheiro” do governo, o PFL foi vitorioso na Bahia

Para ilustrar os desvios de conduta atribuídos ao PT, o pefelista baiano apresentou ontem em Plenário fita de vídeo reunindo declarações do ministro da Saúde, Humberto Costa, e de seu secretário Jorge Solla durante campanha do

candidato do PDT a prefeito de Salvador, José Henrique. A gravação conteria promessas de investimentos federais na rede de saúde do município caso o candidato fosse eleito. Antonio Carlos anunciou que irá encaminhar a fita à Presidência da República.

O parlamentar invocou ainda ilegalidades na liberação de verbas por diversos ministérios, pela Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) e pela Petrobras. Não obstante essa “derrama de dinheiro”, disse Antonio Carlos, o PFL e suas coligações conquistaram 80% das prefeituras da Bahia.

Em aparte, os senadores pefelistas Demostenes Torres (GO), César Borges (BA), José Jorge (PE) e José Agripino (RN) endossaram as críticas ao PT.



**RESULTADO** Percentual de mulheres eleitas no último pleito municipal foi muito pequeno, afirma Serys

## Serys defende maior atuação da mulher na política

A senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) fez uma análise do percentual de mulheres eleitas no último pleito municipal e concluiu que a participação feminina foi muito pequena. Ela disse que apenas 404 mulheres se elegeram prefeitas, o que representa 7% do total de prefeituras em disputa. Segundo informou, somente 1.498 mulheres se apresentaram como candidatas.

Serys lembrou que a lei de cotas foi aprovada para reduzir a baixa representatividade das mulheres na política, mas reconheceu que, nessa questão, pesa bastante o fator cultural.

A senadora apelou para a superação da discriminação enfrentada pelo sexo feminino, pregando a conquista de direitos iguais para a mulher, na família, no trabalho e na política.

## Videoconferência debate obstáculos a participação

A participação das mulheres nas eleições municipais foi tema da videoconferência “Lugar de Mulher é na Política”, realizada ontem no auditório do Interlegis. Para Giane Boselli, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, as candidatas ainda enfrentam o domínio masculino nos partidos. Outro fator, apontado por Lúcia Avelar, da UnB, é “a base patriarcal” do sistema eleitoral.

Para a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), a maioria das mulheres vota de acordo com a sua religião, e não pela ideologia política.

A senadora Serys anunciou que em 2005 será consolidada a Comissão do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana.

## Insinuações são infundadas, afirma Ideli

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), rebateu denúncias do senador Antonio Carlos Magalhães sobre malversação de recursos públicos e favorecimento político por parte do Ministério da Saúde, lendo nota do ministro Humberto Costa que enumera repasses de verbas para o governo da Bahia e para a prefeitura de Salvador. O texto registra ainda as ações do ministério no combate à fraude e à corrupção na área da saúde, com a realização de auditorias que permitiram a identificação de desvios e a demissão de funcionários.

Conforme a senadora, o ministério esclarece que fortaleceu o Departamento Nacional de Au-



**PROVA** Ideli: o governo aumentou repasse de verba para programas de saúde na Bahia, nos últimos dois anos

ditoria do Sistema Único de Saúde e que o número de auditorias no setor passou de 457, em 2002, para 2.064 em 2004, com mais de 80 servidores demitidos. Sobre os repasses, diz a nota que em dois anos o ministério aumentou

os recursos para programas de saúde da Bahia.

A líder do PT referiu-se também a documentos entregues pelo presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, “que comprovam que determinadas insinuações de que o governo praticou favorecimento político não se comprovaram”. Para a senadora, o relatório de todos os patrocínios feitos pela empresa demonstra que o maior convênio foi feito com o estado da Bahia, no valor de quase R\$ 2 milhões.

Segundo Ideli, o país tem memória e conhece os interlocutores da política e sua trajetória, podendo fazer sua própria avaliação.

## Augusto quer tributação diferenciada para cooperativas

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) defendeu um tratamento tributário diferenciado para as cooperativas brasileiras, que já somam 7 mil, abrigam cerca de 5,75 milhões de cooperados e geram 182 mil empregos para não cooperados. Ele explicou que, em 2003, a participação do setor no produto interno bruto (PIB) nacional atingiu a marca de 6%, e de 1990 até hoje o segmento dobrou de tamanho.

– Contudo, ainda não disponibilizamos ao setor todos os seus direitos, previstos e garantidos pela Constituição – disse, lembrando que o artigo 146 prevê um tratamento tributário diferenciado ao ato cooperativo, o que precisa ser regulamentado por lei complementar.

Augusto Botelho ressaltou que as cooperativas são sociedades de pessoas criadas para prestarem serviços aos



**QUALIDADES** Augusto resalta que setor divide lucro entre sócios e não aumenta patrimônio líquido

próprios cooperados, não têm fins lucrativos e não há aumento de patrimônio líquido da sociedade.



**UNESCO** Paim também lamentou dados que colocam o país no 72º lugar no ranking educacional

## Paulo Paim defende feriado nacional no dia de Zumbi dos Palmares

Assim como os Estados Unidos transformaram a data da morte de Martin Luther King em feriado nacional, o Brasil deveria tornar também feriado o dia 20 de novembro, dia do martírio e morte de Zumbi dos Palmares, afirmou ontem o senador Paulo Paim (PT-RS). Em defesa de projeto de sua autoria com esse objetivo, e que aguarda votação no Sena-

do, ele disse que, nos Estados Unidos, 11% da população é negra, enquanto no Brasil esse percentual chega a 50%.

Paim também lamentou dados divulgados pela Unesco que colocam o Brasil em 72º lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento Educacional (IDE), que mede a situação da educação em 127 países. Isso indica que, depois de ter avan-

çado nesse ranking no fim do século 20, o Brasil praticamente estagnou no começo do século 21, observou.

– Essa questão me deixou muito preocupado. Nós ficamos bem abaixo de países como Argentina, Chile, Cuba e Uruguai. Faço aqui um apelo para a importância de mais investimentos em educação. A história da Humanidade de-

monstra: país que deu certo foi aquele em que a educação esteve em primeiro lugar – alertou.

O senador lembrou que o presidente Lula já se comprometeu a investir na educação, afirmando que não falta dinheiro para isso. Ele disse esperar que o governo federal invista efetivamente no ensino público em todos os níveis.



**VISÃO** "STJ está se antecipando à legislação que nós queremos construir", afirma Ramez Tebet

## Jefferson elogia parecer contra status de ministro

■ Senador destaca manifestação de Cláudio Fonteles contrária à MP sobre Banco Central

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou sentir-se "reconfortado" com o parecer do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, que considerou inconstitucional a medida provisória que concede status de ministro ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

– O procurador repete, em seu parecer, o que vários senadores já disseram aqui mes-



**AVALIAÇÃO** Jefferson Péres aponta omissão do Congresso quanto à "enxurrada de medidas provisórias"

mo: a medida provisória fere o princípio da moralidade administrativa, porque é casuística e visa apenas proteger o

presidente do BC de qualquer ação judicial.

Jefferson criticou o que considera omissão do Congresso em relação à enxurrada de medidas provisórias enviadas pelo Poder Executivo e que emperram o processo legislativo.

– É preciso dividir culpas. O Executivo é culpado, mas nós, congressistas, também, e evidentemente eu me incluo nisso. Nós não reagimos, não tomamos providências, nos tornamos, passivamente, em um subpoder, nos autocastamos. A República foi proclamada no Brasil, mas não implantada. É preciso urgentemente instituir a República no Brasil – disse o parlamentar.



**DANOS** Leonel Pavan alerta para prejuízos à economia e mortes frequentes em trecho da BR-101

## Pavan volta a cobrar recursos para duplicar rodovia em SC

A liberação imediata de recursos do Orçamento da União para a duplicação de trechos das rodovias federais que cruzam o estado de Santa Catarina foi solicitada mais uma vez, em discurso, pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC). Segundo advertiu, a falta de investimentos nessas rodovias, principalmente na BR-101, tem ocasionado grandes prejuízos à economia catarinense "e, o que é pior, ceifado a vida de milhares de usuários das estradas".

Ele destacou que no trecho da BR-101 entre Palhoça (SC) e Osório (RS) – cujo projeto aguarda a liberação de recursos prometidos pelo presidente da República, e até agora não liberados – morreram 414 pessoas entre 1996 e julho deste ano. O senador informou que 18 mil veículos transitam por dia nesse trecho e salientou a necessidade da duplicação daquela importante via de transporte.

Conforme Pavan, o governo garantiu a liberação de R\$ 135 milhões para início da obra, mas sua continuidade é incerta. O parlamentar disse que o Executivo nem sequer assinou contrato de financiamento da obra com o Banco Mundial, no total de R\$ 2 bilhões.

## Tebet aplaude transparência no Conselho da Justiça Federal

Ramez Tebet (PMDB-MS) parabenizou o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edson Vidigal, pela realização de reuniões abertas do Conselho da Justiça Federal em várias cidades brasileiras. Tebet representou o Senado Federal em reunião do colegiado em Dourados (MS).

O senador considerou a iniciativa "um fato auspicioso", porque as informações de que dispunha mostravam um conselho que "trabalha fechado, enclausurado". Para ele, o STJ "está se antecipando aos fatos, andando à frente da legislação que queremos construir".

– Isso é alvissareiro, porque demonstra transparência, prestigia os municípios, faz com que os ministros tomem contato com a realidade social – afirmou, acrescentando que "atos administrativos, de que Poder for, têm de ser abertos".

Para Tebet, a iniciativa vem em boa hora, já que estão sendo debatidos a reforma do Judiciário e temas importantes nela incluídos, como o controle externo. De acordo com o senador, ele e o representante da Câmara dos Deputados, Nelson Trad (PMDB-MS), não tiveram direito a voto, mas lhes foi dada a palavra.

## José Jorge denuncia perseguição no BNB

Perseguição a cinco funcionários do setor de informática do Banco do Nordeste (BNB) foi denunciada ontem, em discurso no Plenário, pelo senador José Jorge (PFL-PE). Segundo o parlamentar, eles revelaram em inspeção do Tribunal de Contas da União (TCU) irregularidades em contrato firmado entre o BNB e a Cobra Tecnologia, vinculada ao Banco do Brasil. Os funcionários foram afastados por terem prestado as informações solicitadas pelo tribunal.

O senador disse que, "entre inúmeras irregularidades", o que mais chamava atenção no contrato era a falta de licitação pública para aquisição de um pacote de equipamentos e serviços na área de informática orçado em R\$ 129 milhões, "que recebeu por parte do banco o pomposo nome de Solução

Global Integradora".

José Jorge informou que em agosto solicitara ao TCU a apuração dos fatos e a anulação do contrato. O tribunal, conforme o parlamentar, constatou as irregularidades e o ministro Marcos Vileça decidiu pela suspensão de dois itens do contrato.

– A inspeção apurou que os profissionais da área de informática do BNB haviam produzido um plano diretor para suas atividades, que posteriormente foi copiado sem nenhum pudor pela Cobra Tecnologia e apresentado como a sua "Solução Global Integradora" – assinalou.

José Jorge destacou que, nos depoimentos ao TCU, os funcionários apresentaram a documentação comprobatória de que o plano de informática foi produzido pelos profissionais



**APURAÇÃO** José Jorge afirma que servidores atingidos denunciaram irregularidades em contrato

do próprio BNB, em época anterior à atuação da Cobra.

O senador salientou que, de acordo com relato da Associação dos Funcionários do BNB, uma comissão de sindicância foi conduzida pelo chefe de gabinete da presidência do banco, que, "em um ato de extrema arbitrariedade", reuniu os funcionários da área de tecnologia e lhes desferiu ataques de cunho moral e profissional.

José Jorge solicitou à Mesa do Senado que tome providências com relação ao caso.



## Maguito presta solidariedade a palestinos e torce por Arafat

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) prestou solidariedade ao povo árabe em razão do grave estado de saúde do presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, internado em hospital militar de Paris. O parlamentar disse estar torcendo pela recuperação de Arafat, mas observou que os médicos não esclareceram o que de fato acometeu o líder palestino.

Maguito citou três das hipóteses que estão sendo le-



**CONTRIBUIÇÃO** Maguito entregou à Mesa discurso em que analisa o conflito no Oriente Médio

vantadas acerca da doença de Arafat: intoxicação alimentar; intoxicação por medicamento; e envenenamento.

O senador entregou à Mesa discurso em que analisa o conflito no Oriente Médio.

estado do Rio investiu em informática e treinamento e se tornou uma das mais ágeis do Brasil. Na matéria "O exemplo que vem do Rio", a publicação compara a agilidade da Justiça do Rio com a de São Paulo, concluindo que os paulistas estão entre os mais lentos.

– Como chegamos a isso? Entre outras coisas, a Justiça do Rio é hoje mais informatizada, resultado de uma parceria entre o Legislativo e o Judiciário, com a criação do Fundo Estadual de Justiça, que destina ao aprimoramento do Poder cerca de R\$ 200 milhões por ano. Independência orçamentária e administrativa também permitiram o destaque – sustentou.

O senador ressaltou ainda a criação do programa Produtividade Solidária, que institui mutirões para auxílio de varas com grande volume de processos.



**APRIMORAMENTO** Investimento em informática é uma das razões para o avanço, afirma Sérgio Cabral

## Sérgio Cabral destaca a agilidade da Justiça do Rio

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) destacou ontem reportagem da revista *Exame* mostrando que a Justiça do

## Suplicy registra presença de artistas em Plenário

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou a presença, ontem em Plenário, de expoentes da cultura brasileira, que receberam do presidente Lula e do ministro da Cultura a Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República.

Suplicy anunciou a presença da atriz Odete Lara, do teatrólogo José Celso Martinez, do cartunista Angeli e do desenhista Maurício de Souza. Em seguida, leu a lista de agraciados, citando nomes como o do compositor Caetano Veloso e, *in memoriam*,



**HOMENAGEM** Suplicy anuncia que artistas receberão Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República

o do compositor Renato Russo, além da atriz Tônia Carrero.

Apoiaram a homenagem He-loísa Helena (PSOL-AL), Pedro Simon (PMDB-RS), Heráclito Fortes (PFL-PI), Demostenes Torres (PFL-GO) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

# Demostenes: governo deve abrir arquivos da ditadura

■ Para o senador, a medida irá completar a instauração da democracia e ajudará a encerrar o assunto

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) defendeu a liberação dos arquivos e documentos que tratam da luta armada no período da ditadura militar no Brasil. Ele ressaltou que não se pode "tornar obra do mexerico" o passado das autoridades brasileiras.

– O interessante é que todos são a favor de abrir os arquivos, mas inexplicável força inercial contém os impulsos – frisou.



**LACUNA** Demostenes condena "as atitudes omissas do Palácio do Planalto" em relação ao tema

Para o senador, a abertura dos arquivos deve servir para completar a instauração democrática e encerrar o assunto no

âmbito das relações institucionais do Estado brasileiro.

– A providência fará bem a todos – argumentou.

Demostenes condenou "as atitudes omissas do Palácio do Planalto" em relação ao tema e alertou: ao manter o estado de dúvida, o governo ajuda a ressuscitar o maniqueísmo que deflagrou o golpe de 1964.

Mão Santa (PMDB-PI) acredita que o país precisa se preocupar com a violência de hoje, e não com o passado.

Para Demostenes, a Lei da Anistia fez o acerto de contas. Ele quer o acesso a documentos do período militar, mas considera "inaceitável qualquer tentativa de perseguir punições".



**DEBATES** Maria do Rosário e Patrícia Saboya recebem Marie-Pierre Poirier e Carol Bellamy, dirigentes do Unicef

## Combate à exploração sexual pode ter parceria entre Unicef e Congresso

Após entregar à diretora do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Carol Bellamy, o relatório com as conclusões a que chegou a CPI que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes, a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) manifestou ontem confiança em uma parceria com a instituição. Além da senadora, que presidiu a comissão, estavam presentes à reunião, na Biblioteca Acadêmico Luiz Vianna Filho, do Senado

Federal, Marie-Pierre Poirier, a nova representante do Unicef no Brasil, e integrantes da CPI, senadora Fátima Cleide (PT-RO) e deputadas Maria do Rosário, Ann Pontes e Thelma de Oliveira.

– Essa parceria é fundamental – avaliou Patrícia após o encontro em que Carol Bellamy elogiou os trabalhos da comissão e disse apoiar o Congresso na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

A diretora do Unicef res-

saltou também que o tema não pode "ficar embaixo do tapete" e que é essencial estabelecer estratégias de debate público.

Patrícia Saboya relatou que sempre teve o apoio do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

– Ele declarou que iria enfrentar essa questão como prioridade – frisou a senadora, afirmando que foi a partir daí que a CPI se fortaleceu, tendo visitado 22 estados e recebido 850 denúncias.